

## **1º SEMINÁRIO**

### **Questões:**

1) Compareceu à Promotoria de Justiça um usuário de Plano de Saúde de grande alcance popular, formulando representação ao Promotor de Justiça, com cópia do contrato padrão do referido plano, no qual está inserida cláusula de renovação automática anual. Consta da representação que inúmeros usuários, com planos de saúde assinados antes de 1989, tiveram negada determinada cobertura, sob o argumento de que: i) quando da assinatura do contrato, a referida cobertura estava excluída do contrato padrão; ii) que os planos não foram adaptados à Lei 9.656/1998; e iii) o contrato padrão é anterior ao Código de Defesa do Consumidor.

Indaga-se:

- a) Qual é a espécie de interesse violado nessa situação?
- b) Pode o Ministério Público tomar providências judiciais, em razão da referida negativa de cobertura?

2) O Ministério Público promoveu ação em face dos loteadores e do Município, a fim de obter a regularização de loteamento clandestino, para adequá-lo à legislação, ou, na impossibilidade de adequação, a condenação à reparação dos danos ambientais e urbanísticos. O Juiz da causa determinou a exclusão da pessoa jurídica de direito público da ação, ao argumento que o Município não era parte legítima para respondê-la, isentando-o de responsabilidade. Está correta a decisão?

3) Associação de proteção aos animais, sediada na cidade do Rio de Janeiro, promoveu ação civil pública visando a proibir a realização de provas de laço em rodeios, realizadas em determinada cidade do interior de São Paulo. Alega a associação autora que tais provas, com frequência, lesionam os animais participantes, causando-lhes dor e chegando a matá-los. A associação autora pode ser considerada parte legítima para propositura dessa ação? Em sua fundamentação leve em conta os requisitos legais de legitimidade e a natureza do bem jurídico protegido.

4) O Ministério Público propõe ação, objetivando a condenação da empresa “ABC” por práticas de atos que provocaram danos ao meio ambiente, tendo em vista a emissão de poluentes pelas chaminés, que não possuem os filtros adequados. Além disso, há indicadores recentes de que os gases tóxicos provocam doenças pulmonares nos moradores da região. O pedido feito na ação ajuizada pelo órgão ministerial foi somente para que a empresa seja condenada ao cumprimento de obrigação de fazer (para a instalação dos filtros adequados), sob pena de multa, e pagamento de dano moral difuso, mediante o recolhimento de valor ao Fundo de Interesses Difusos.

Pergunta-se:

- a) Qual é a espécie de interesse tutelado nessa ação?
- b) O Ministério Público poderia deduzir pedido reparatório sobre as lesões individuais à saúde dos moradores da região?

5) O Ministério Público propõe ação em razão da prática de ato de improbidade administrativa previsto no artigo 9º da Lei nº 8.429/92, em face de fiscal aeroportuário que cobrava propina para agilização e liberação de cargas importadas. O servidor recebeu, a título de propina, aproximadamente R\$ 200.000,00. Ao contestar a ação o réu juntou ao processo acordo de não persecução cível, firmado com a pessoa jurídica lesada, no qual se comprometeu a restituir R\$ 100.000,00 e a pagar multa civil no valor de R\$ 100.000,00, requerendo a extinção por falta de interesse processual. O Ministério Público pugnou pelo prosseguimento da ação, por considerar as sanções insuficientes, à luz do artigo 12 da Lei nº 8.429/92. Como deve proceder o juiz?